



VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

40 anos de democracias: progressos, contradições e prospetivas

ÁREA TEMÁTICA: Cidades, Campos e Territórios [AT]

OS ACTORES DO NOVO PARADIGMA DO MUNDO RURAL: OS NEO-RURALS DAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL¹

REIS, Paula

Doutoranda em Turismo, Lazer e Cultura – Especialização em Turismo e Desenvolvimento

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

paulasofireis@gmail.com

Resumo

As áreas rurais enfrentam hoje processos de desenvolvimento antagónicos, por um lado, continuamos a assistir ao processo de desterritorialização de parcelas significativas do território português e, por outro, ao surgimento de novas dinâmicas que apontam para uma mudança paradigmática no mundo rural. Os sinais apontam para uma crescente mobilidade de novos actores urbanos que protagonizam o aparecimento de novas configurações territoriais.

O objectivo deste artigo é partilhar um conjunto de reflexões em torno do papel dos novos actores na construção social dos territórios rurais de baixa densidade, através dos primeiros resultados preliminares dos inquéritos por questionário aos neo-rurais das Aldeias Históricas de Portugal, na sequência de uma investigação em curso.

Abstract

Rural areas face today opposite development processes, on the one hand, we continue to observe the deterritorialization process of significant parcels portuguese of territory and, secondly, the emergence of new dynamics that link to an paradigm shift of rural areas. Signs point to an increasing mobility of new urban actors that contribute to emergence of new territorial configurations.

The purpose of this paper is to share a set of reflections on the role of new actors in the social construction of low-density rural areas, through the first preliminary results of the questionnaire surveys to the neo-rurals of the Historical Villages of Portugal, following of an ongoing investigation.

Palavras-chave: Territórios rurais de baixa densidade; Neo-rurais; Aldeias Históricas de Portugal.

Keywords: Low density rural areas; Neo-rurals; Historic Villages of Portugal.

1. Introdução

Nos últimos 40 anos, o mundo rural, transformou-se de forma significativa e continuamos a assistir ao processo de desterritorialização de parcelas significativas do território português, em particular nos territórios rurais de baixa densidade. As profundas alterações que se inscrevem nas transformações sociais, económicas e institucionais, carecem de uma particular atenção, no sentido de ser possível interromper o seu ciclo de abandono e esquecimento.

Em paralelo, surge uma crescente mobilidade de novos actores que se instalam nestes territórios para residir ou desenvolverem algumas actividades empresariais. Como o título propõe, de imediato, o reconhecimento de novos actores na mudança paradigmática em curso no mundo rural, quer no espaço nacional, quer noutros territórios europeus. Falamos, em particular, do território rural que se vai denominando de território rural de baixa densidade.

Neste cenário enquadram-se as Aldeias Históricas de Portugal, onde após décadas de abandono demográfico e da desvalorização das actividades, se tem vindo a observar, recentemente, o surgimento de novos actores que protagonizam uma maior mobilidade entre a cidade e o campo, novos modos de vida, novos modos de produzir e novas actividades económicas.

Os sinais anunciados apontam para mudanças na construção social dos territórios, que têm que ver com as características dos novos actores do mundo rural, isto é, são muito diversificados nas suas vocações e competências, mas, também, homens de duas culturas. Do mesmo modo, são muito diversos os pretextos dos novos actores que não se identificam com a vida urbana ou que por razões de desemprego, optam pela incursão no mundo rural, número que vai crescendo dos que procuram as aldeias e áreas envolventes para viver.

Optar-se pela análise dos neo-rurais das Aldeias Históricas de Portugal, inseridos num território que acolheu uma das intervenções públicas mais emblemáticas em Portugal, poderá ser igualmente revelador de tendências que, aos poucos, se vão constatando de novos contributos de novos actores como agentes de desenvolvimento nas novas configurações territoriais.

2. O novo paradigma do mundo rural

Os territórios rurais de baixa densidade enfrentam, hoje, significativos desafios em termos de condições para o seu desenvolvimento futuro que estão muito associadas, por um lado, ao despovoamento e envelhecimento das populações que neles residem e, por outro, ao desaparecimento nestes territórios de serviços públicos e do sector primário. O que tem sérias implicações no acentuar do processo de desterritorialização e desmantelamento de áreas significativas do território nacional, particularmente, aquelas que são designadas como remotas e frágeis.

Em alguns territórios, com destaque para a zona do pinhal e zona de fronteira com Espanha, a diminuição de população assume proporções muito acentuadas, fruto da repulsão, derivada sobretudo da estagnação da agricultura. Estes territórios estão a caminhar para uma situação de estagnação ou morte económica e social e, em alguns casos para o não retorno. Isto é, a ausência de habitantes jovens e de actividades industriais, bem como a não alteração da estrutura da propriedade rústica demasiado repartida e inexistência de condições sociais e culturais atractivas, colocam em causa a coesão territorial do espaço nacional.

Neste cenário enquadram-se as Aldeias Históricas de Portugal, onde nasceu no início dos anos 90, uma das mais emblemáticas iniciativas de desenvolvimento territorial lançada em Portugal. Esta iniciativa piloto iniciou-se no âmbito do II Quadro Comunitário de Apoio (Programa Operacional de Promoção de Potencial de Desenvolvimento Regional), com continuidade no III Quadro Comunitário de Apoio (Programa Operacional da Região Centro – Acção Integrada de Base Territorial). O Programa das Aldeias Históricas de Portugal representa uma tentativa de intervir em espaços débeis e com dificuldades estruturais de um

conjunto de 12 aldeias encravadas², na sua maioria, ao longo da linha de fronteira, no Interior da Região Centro. Esta iniciativa pública serviu de mote para outras iniciativas lançadas nos últimos 20 anos, de Norte a Sul para reverter a situação de estagnação territorial.

E a verdade, é que a generalidade destes territórios sofre de uma doença crónica, uma vez que estão cada vez mais incultos e despovoados. Se olharmos bem para o território nacional apresenta, actualmente, uma forma quase arquipelágica, no sentido de pequenas economias regionais ou locais isoladas (Covas *et al.*, 2013, pp.13). Estamos perante territórios excessivamente hegemonzados pela política partidária e poder urbano e, sobrevivendo à custa de verbas do exterior, acabando por ser uma presa fácil por qualquer sinal de crise. Ou seja, num momento de forte austeridade e recessão económica, as políticas de desenvolvimento são um alvo fácil e não conseguem combater o contra ciclo em termos do envelhecimento populacional, as elevadas taxas de desemprego, o fraco tecido empresarial e débil capacidade empreendedora, bem como o agravamento das próprias assimetrias locais e regionais.

Pode afirmar-se que, nos quase 30 anos, de integração europeia diversas políticas públicas foram concebidas, mas, poucos programas e projectos de intervenção conseguiram atingir o nível de sustentabilidade que era desejado porque não conseguiram evitar o agravamento do processo de desterritorialização do espaço nacional, como por exemplo nas Aldeias Históricas de Portugal. Ao sinal de qualquer de instabilidade nacional ou europeia, passaram para segundo plano ou foram estranguladas por interesses políticos e económicos. Temos que reconhecer que no campo da política económica, pouco se tem feito de concreto, verificando-se um certo desinteresse nacional quanto as áreas rurais, as quais, segundo Cristóvão (2011, pp. 102), apresentam fraco poder de voto rural.

Deve, igualmente, referir-se que o resultado de 25 anos de fundos estruturais da União Europeia se traduzem num elevado número de bens não transacionáveis, não houve capacidade de criar condições para a competitividade dos bens transacionáveis (Covas *et al.*, 2013). O país beneficiou de enormes subsídios e financiamentos concedidos, mas a dispersão de investimentos não foi capaz de reequilibrar o país, dotando-o de competitividade externa dos ditos bens transacionáveis. Paralelamente, a actual divisão administrativa do território (23 comunidades intermunicipais), coloca em causa a rentabilização e valorização das estruturas para apoio à criação de investimentos-âncora, bem como enfraquece a coesão territorial do país.

Nos últimos anos, os nossos municípios, assumiram uma gestão comunitária apenas virada para dentro do concelho, consubstanciando uma posição reivindicativa isolada e, por vezes irrealista. É o caso de, cada um dos vários dos municípios contíguos, reivindicarem, por exemplo: uma sala de cinema, um centro de congressos, um pavilhão multiusos, um parque industrial e etc. Trata-se, muitas vezes, de rivalidades que os executivos municipais ampliam em vez de atenuarem e mesmo sacrificarem visando a racionalidade de meios. De costas viradas, uns para os outros, os nossos municípios dão, por vezes, a imagem de um arquipélago, inventando uma insularidade continental que apenas dificulta a coesão territorial.

Com efeito, como refere Neto (2008, pp. 21), os territórios rurais de baixa densidade, continuam com graves debilidades económicas, sociais e institucionais e, como tal, é fundamental assegurar-lhes condições de sustentabilidade económica e demográfica, sem deixar de considerar a criação de condições de competitividade territorial que lhes permita romper com o ciclo vicioso.

É neste contexto que julgamos que as novas políticas públicas dirigidas aos territórios rurais não podem, por isso, ser políticas avulsas e excessivamente baseadas em bens não transaccionáveis, mas sim políticas específicas, integradas e coordenadas que devem assentar numa base de intervenção simultânea e articulada, explorando as potencialidades e os factores de competitividade de cada território, a partir de um trabalho colaborativo e de criação de sinergias tendo por base os recursos endógenos, bem como rentabilização das diversas infra-estruturas. Ou seja, só haverá desenvolvimento real da economia produtiva do país, na medida em que, cada região aproveite as suas potencialidades e as suas especializações. Para os territórios rurais de baixa densidade, tal só é possível através de um esforço de investimento devidamente planeado em vez de subsídios.

Está aqui bem clarificada a necessidade de novas estratégias de desenvolvimento territorial, que deverá iniciar-se pelo processo de construção social dos territórios. A solução preconizada é, assim, a de uma

construção de novas territorialidades assentes em dois princípios: acção colectiva e a cooperação em rede entre os diversos actores públicos e privados. Este é o grande desafio da transição paradigmática, é criar um território inteligente e inovador, por isso, implica a passagem da governação pública para a governação civil.

Paradoxalmente, há sinais promissores sobre os processos de reconfiguração dos territórios rurais de baixa densidade, com o surgimento de novas dinâmicas territoriais através de novos actores. É também um facto que estes territórios são um cruzamento de representações de certos binómios e dualidades que foram sendo criadas nos últimos anos, em torno de um certo mito – “regresso ao campo”. Contudo, o aparecimento de novos actores, provenientes, essencialmente do espaço urbano, fomenta a mudança de paradigma, numa perspectiva de multifuncionalidade das explorações agrícolas e do espaço rural.

Hoje, como ontem, é absolutamente imperioso em termos de novas estratégias de desenvolvimento económico e social, reduzir a disparidade e aumentar a diversificação que se foi criando no interior dos próprios territórios rurais de baixa densidade. Ou seja, devem ser reconhecidos todos os modos de produção agrícola, a sua multifuncionalidade e até uma certa diversificação das economias, através da criação de actividades complementares baseadas na valorização de recursos naturais, patrimoniais e culturais não aproveitados e que podem ser melhor explorados, como sucede em outros países do Sul da Europa.

Neste sentido, é necessário congregar na exploração de futuras oportunidades: as características específicas destes territórios rurais com os tipos característicos da sua actividade económica; as pequenas empresas devem produzir efeitos da sua presença, através de ligações ao meio envolvente externo de produção; respeito pela natureza com a combinação das novas tecnologias versus novos modelos de produção e organização industrial e; por fim, aproveitar as oportunidades das diversas políticas públicas dirigidas ao desenvolvimento e promoção dos territórios rurais. Uma mudança paradigmática impõe a salvaguarda das condições de sustentabilidade destes territórios, caso contrário, a formação de territórios devolutos e insustentáveis é inevitável.

Outro factor extremamente importante que deve ser tomado em linha de conta nas diversas políticas públicas direccionadas para estes territórios rurais de baixa densidade, diz respeito à capacidade de desenvolver um processo de selectividade entre territórios e das próprias tipologias de intervenção em cada um. Isto é, na impossibilidade de, futuramente, se continuar a apoiar todos os territórios rurais de baixa densidade, em particular o apoio sistemático e disperso do mesmo tipo de iniciativas/estratégias em todos os territórios, conforme sucedeu no passado – bens não transacionáveis. Assim, é inquestionável a adopção de um novo tipo de procedimento de discriminação positiva que possibilite concentrar apoios, criar complementaridades e sinergias em determinados territórios, no sentido de proporcionar o aparecimento de territórios âncora (Neto et al., 2009). De facto e como já foi referido, o futuro das intervenções nos territórios rurais de baixa densidade, deve basear-se na capacidade de olhar para os diversos activos desqualificados de um dado território e aproveitá-los para realizar investimentos-âncora (Covas *et al.*, 2012).

Face aos postulados apontados, parece evidente que a capacidade de diferenciação deste novo paradigma é combinar projectos e ideias de produção primária, políticas públicas e novos actores em investimentos-âncora. Para alguns autores, como Covas et al., (2012), consideram que os novos actores dos territórios rurais de baixa densidade serão os grandes responsáveis pela mudança paradigmática, através da passagem de espaço produtor para espaço produzido, por via das incursões do homem urbano – neo-rurais.

3. Os novos actores do mundo rural: os neo-rurais

A emergência de novos actores no mundo rural tem provocado uma grande mediatização pública e reflexões académicas. Não obstante, parece assim legítimo questionar-se a eventual mudança paradigmática do mundo rural, por exemplo, até que ponto, o novo paradigma deve ser tomado e assumido através destes epifenómenos? Ou estamos perante convicções e tudo não passa de mera utopia?

O mundo rural é, hoje, palco de representações e apropriações que, aos poucos, se vão observando pelos espaços rurais nacionais, e que se repetem em territórios do Sul da Europa. Acresce que as transformações e os desafios crescentes dos meios rurais estão, nos seus múltiplos aspectos, relacionados com as diversas

mudanças no contexto social, político, económico e cultural da sociedade ao longo das últimas décadas. Os contornos destas transformações têm conduzido ao aparecimento de um conjunto de representações do mundo rural com características urbanas.

Na verdade, há muito quem só encontre sossego e tranquilidade quando está nas áreas rurais, sendo vistas pelos urbanos como espaços de memória, herança cultural, segurança, qualidade de vida e de liberdade. Estas procuras urbanas são fortemente motivadas pela degradação das condições de vida nas cidades e por mitologias de um mundo rural perdido e que não existe mais, mas que é representando segundo alguns autores, como Domingues (2012) e Moreira (1994), por imagens bucólicas dos destroços desse mundo rural perfeito.

Uma tendência ideológica que é proclamada pelos meios de comunicação social, que todos os dias nos fazem chegar casos de “sucesso fulgurante”, destas incursões urbanas pelo espaço rural, um fenómeno que tende a transmitir uma certa imagem galvanizadora de uma perfeita conjugação do tradicional e do moderno. Acresce os anúncios publicitários em quase todos os *mass media* ou as recreações do campo na cidade, são inúmeras as estratégias de comercialização para atingir os cidadãos com um espírito bucólico de um mundo rural ideal.

E, paradoxalmente, ou talvez não, são estas mesmas representações que criam novas procuras, apropriações e mercados emergentes em direcção do espaço rural por uma população citadina – neo-rurais, desempenhando um papel de construtores de novas dinâmicas territoriais (Sampaio et al., 2011). Assim, o mundo rural que foi durante muito tempo negligenciado e esquecido, quanto ao seu verdadeiro significado de espaço basilar, tende a consolidar-se como espaço de vida alternativo ao conturbado meio urbano, revelando-se como espaço privilegiado dos novos actores da mudança paradigmática em curso.

Verifica-se, um pouco por todo o território nacional, novas procuras e usos da população citadina, das quais as Aldeias Históricas de Portugal são um bom exemplo, onde se tem vindo a registar a incursão de novos actores.

As novas acessibilidades e mobilidades, e as novas tecnologias de comunicação, ajudam a esbater a ideia das comunidades rurais isoladas e alimentam muitas das ideologias que os novos actores tem destas áreas para residir, quer pela retórica de crise, quer pela retórica de ascensão dos meios rurais.

Assim, assistimos à formação progressiva de novos processos de refuncionalização que inscrevem e anunciam a perda ou transformação da função de espaço produtor de alimentos a espaço produzido, através da crescente mobilidade dos neo-rurais, provenientes, em grande maioria do espaço urbano (Covas et al., 2011). Na perspectiva dos autores, estes novos actores do mundo rural apresentam diversas capacitações, quer ao nível das vocações, quer ao nível de competências, já que transportam experiências, conhecimentos académicos e uma maior sensibilidade para as questões sociais e ambientais. Estamos, portanto, perante um homem itinerante e pendular, destacando-se pela sua mobilidade e pendularidade (Covas et al., 2012). Os neo-rurais protagonizam o designado paradigma da mobilidade entre a cidade e o campo, isto é, são na sua maioria, homens de duas culturas, cada vez mais curiosos em alargar os seus conhecimentos e a incursão no mundo rural. Os novos cruzamentos entre o rural e o urbano têm contribuído para o esbater das características das áreas rurais e para a inclusão e adaptação de novos modos de vida.

Assim, são muito diversos os pretextos de incursão dos novos actores no mundo rural, fundamentalmente, por falta de identificação com a vida urbana e forte convicção de que a vida no campo é melhor do que na cidade, ou forte sentimento de ruralidade, aliado a uma certa atracção paisagística ou motivações ecológicas, bem como por razões de desemprego ou de reforma, associado, em parte, a uma disponibilidade de casas e terras, optam pela transição para o mundo rural para a concretização dos seus projectos de vida, representando para alguns dos jovens empreendedores uma oportunidade para iniciar a sua primeira actividade profissional ou sucessão geracional no sector primário ou nas actividades de lazer e recreio.

Sabemos, também, que os processos ruralização transportam muitas das vezes conflitos de interesse. Os conflitos de interesse surgem de jogos de poder externos ao mundo rural, em particular na privatização dos processos de ruralização, como por exemplo, o grande poder de grupos económicos de diferentes áreas em

busca do enriquecimento rápido; grande conservacionismo ambientalista e um certo excesso de municipalização e regulamentação burocrática, que bloqueia o novo empreendedorismo, e levando nalguns casos à absorção do rural no urbano (Diniz et al., 2002).

As próprias formas de sociabilidade entre os neo-rurais e a população local nem sempre são pacíficas devido ao reduzido, envelhecido e fechado tecido populacional. A chegada de novos residentes é alvo de desconfiança e, frequentemente, as novas apropriações do espaço, entram em conflito com as velhas funções produtivas, ou pelo próprio isolamento físico que alguns procuram face à comunidade poderá restringir os contactos sociais (Dinis *et al.*, 2001).

Na verdade, o espaço é apenas um lugar ou suporte onde se trava uma multiplicidade de laços entre os indivíduos, sendo a percepção do espaço consoante as pessoas ou as culturas que nele se estabelecem. É também verdade que as diferentes percepções do espaço, quer na dimensão física e utilitária, quer na dimensão simbólica, implicam, pois, diferentes modos de apropriação. Tal situação, a verificar-se, pode introduzir um sentimento de ameaça e até de agressão face ao carácter utilitário e identitário dos velhos actores – habitantes tradicionais

Ou seja, os novos actores introduzem novas apropriações do espaço, com lógicas de utilização numa perspectiva mais ecológica, como um espaço natural e de bem-estar. Como diz Dinis e Malta (2001) as formas de sociabilidade funcionam numa lógica trazida de fora para dentro e não existe uma incorporação dos hábitos e tradições locais. O regresso ao campo, não é sinónimo que esses novos actores deixem de ter os seus hábitos, consumos e modos de vida urbanos, bem pelo contrário. Para Mormont (1989, pp.347) “a diversificação dos usos do espaço rural, o peso crescente de utilizadores e intervenientes exteriores aos habitantes permanentes cria um espaço local como objecto de conflito, de tensões entre categorias de utilizadores e entre estes e os lugares de decisão.”

O acréscimo dos movimentos pendulares entre cidade e campo, por um lado, aumenta os fluxos económicos e culturais e, por outro, aumenta a diversificação territorial das actividades e o incremento dos sistemas de comunicação, física ou à distancia, estão na origem deste fenómeno.

Estamos perante um quadro que nos parece corresponder a uma oportunidade para os territórios rurais, pois, há factores que favorecem a criação de novos territórios, ou dos tais investimentos-âncora, para promover ou consubstanciar um novo ciclo de actividades produtivas num território rural de baixa densidade. Com efeito, a salvaguarda das condições de sustentabilidade destes territórios exigirá, que as novas gerações encarem estes territórios como um terreno propício à criação de sistemas produtivos locais e contrariar a ideia de que territórios rurais sejam sinónimo de declínio (OECD, 2006, pp.22).

Uma afirmação que tem vindo a ser assumida pelo “movimento” dos neo-rurais, já que existem sinais de novas e activas dinâmicas de recuperação, reabilitação e revitalização do mundo rural, onde procuram integrar-se com actividades criativas, culturais e relacionadas com o meio físico, através da valorização de activos não aproveitados, contribuindo, para a competitividade dos territórios.

É nos territórios rurais de baixa densidade que alguns dos novos actores visualizam uma oportunidade de incursão, protagonizando novas dinâmicas como é o exemplo das Aldeias Históricas, que enfrentam duas dinâmicas diferentes, por um lado, o desaparecimento da população idosa e a saída da população jovem e, por outro, a chegada dos neo-rurais que podem desempenhar o papel de agentes activos na construção social destas aldeias.

4. O exemplo dos neo-rurais nas Aldeias Históricas de Portugal

4.1. Opções Metodológicas

A metodologia adoptada neste trabalho assentou em duas componentes, a primeira, de carácter teórico, baseada em leituras exploratórias e numa segunda de carácter empírico, que consistiu na administração de um inquérito por questionário aos neo-rurais das Aldeias Históricas de Portugal. Face às especificidades da nossa população, recorreu-se ao processo de amostragem não probabilística por bola de neve para identificar

os elementos da nossa amostra. Este tipo de amostragem utilizou-se face à inexistência de um conhecimento suficiente e de qualquer listagem da nossa população – neo-rurais. Os critérios para composição da amostra foram: residir na Aldeia Histórica ou área envolvente; ano de mudança ter ocorrido entre 1994-2012 e; idades compreendidas entre os 15 e mais de 65 anos.

O inquérito por questionário administrado pelo método de administração directa aos neo-rurais é um dos instrumentos de recolha de informação de um projecto de investigação de doutoramento em curso, que procurou entre outras variáveis: traçar a tipologia dos novos actores, os motivos de mudança para o meio rural, as formas de interacção com o espaço e, ainda, as perspectivas para os territórios rurais de baixa densidade. Este trabalho de inquirição decorreu entre Maio de 2013 e Dezembro de 2013, sendo a nossa amostra de inquiridos composta por 27 neo-rurais, distribuídos por 9 das Aldeias Históricas de Portugal, designadamente: Belmonte, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha, Linhares da Beira, Marialva, Monsanto, Sortelha e Trancoso.

4.2. Apresentação e discussão de resultados

A amostra dos inquiridos distribui-se de forma homogénea em termos de género: 14 dos neo-rurais inquiridos são do sexo masculino e 13 são do sexo feminino, com idades compreendidas entre 25 e 54 anos, verifica-se apenas a existência de um neo-rural com mais de 65 anos. Os neo-rurais são na maioria portugueses de origem urbana (21), embora seja possível encontrar alguns oriundos de países europeus (holandeses, italianos, franceses e ingleses) com habilitações superiores e a exercer uma actividade profissional. É de citar que no processo de transição houve uma mudança de profissão em 18 dos neo-rurais, enquanto os restantes 9 conseguiram manter a sua profissão na Aldeia Histórica ou área envolvente.

A situação perante o emprego vem corroborar com o dado anterior, onde se apurou que 26 dos neo-rurais está no activo. O desempenho de actividade profissional está associada às actividades de comércio (7), hotelaria e restauração (6), agricultura (6), quadro de nível intermédio (4), havendo dois técnicos superiores de quadro e um operário. Registando-se apenas um reformado mas que desempenha algumas actividades complementares. É perceptível que os neo-rurais possuem uma forte ligação ao desempenho de actividades de comércio e empresarial no ramo da actividade turística, quer em lojas de artesanato e gourmet, quer na hotelaria e restauração, bem como existe uma forte relação no desempenho de actividades agrícolas. Aliás, o número de neo-rurais que exercem uma actividade por conta própria é de 22 indivíduos.

O ano de mudança para a Aldeia Histórica decorreu entre 1994 e 2012, sendo que 13 dos neo-rurais realizaram esse processo de forma homogénea no período de 2007-2012, representando a primeira vinda para 21 dos neo-rurais e apenas para 6 significou um regresso às origens. As motivações deste movimento estão associadas a diversos vectores, entre os quais: tranquilidade destes territórios (15), saturação ao meio urbano e natureza (9), custo de vida mais baixo (6), clima associado às questões de saúde (5), motivos profissionais, familiares e de desemprego (4) e gosto próprio pela Aldeia Histórica (4).

A maioria dos neo-rurais, optou, por residir na área envolvente da Aldeia Histórica, tendo-se verificado em 19 dos neo-rurais, sendo que 8 encontram-se instalados na Aldeia Histórica. Para 16 destes novos actores o processo de transição para o meio rural esteve associado a problemas de (re) adaptação, quer na primeira vinda (12), quer no regresso às origens (4). Os principais problemas encontram-se associados: a falta de apoio do poder local (5), a língua (5), a mentalidade da população (5) e a desconfiança da produção biológica (1). Registou-se ainda a adopção de algumas estratégias para superar os problemas, nomeadamente: pelo desenvolvimento de relações com outros neo-rurais (8), aceitação das mentalidades da população local para evitar um clima de tensão (5), desenvolvimento de contactos com o presidente da junta de freguesia (3), aprendizagem da língua por via de livros ou programas de TV (3), seguindo-se os que optaram por estabelecer um diálogo com a população na generalidade (2), quer pelo desenvolvimento de relações de amizade com os vizinhos através de actividades (1), ou pela mostra dos produtos biológicos para comprovar a qualidade dos mesmos e combater desconfianças (1).

É interessante notar com estes dados de algumas dificuldades nas formas de sociabilidade entre os novos e os velhos actores destas Aldeias Históricas. As poucas formas de relacionamento surgem associadas as relações

de amizade com outros neo-rurais de aldeias vizinhas (5), aos contactos formais (4) e informais (2) com empresários da região no exercício da actividade turística, na procura de alguns apoios para o desenvolvimento de actividades de animação (3) ou por via de parcerias de interesse (1), sendo o caso das relações com a Câmara Municipal. No entanto, existem 11 neo-rurais, que não conseguem identificar qualquer relação da Aldeia Histórica com outros actores e um inquirido nem sabe se existe qualquer tipo de relação. Enquadram-se neste registo os neo-rurais das Aldeias Históricas de Belmonte, Castelo Novo, Linhares, Marialva, Sortelha e Trancoso.

Do que atrás ficou dito, é de realçar que face aos problemas de (re) adaptação e a fraca sociabilidade com a comunidade, que, exista um sentimento de agressão face à inclusão de novas dinâmicas e hábitos dos novos actores. Assim, tende a aumentar as ocasiões de tensão que, nalguns casos avançaram para conflito aberto, contribuindo para um certo mau estar e até um certo impacto na qualidade de vida da Aldeia Histórica.

Daí que advenham, 15 casos de conflito entre a população local e os neo-rurais, com um certo grau de variação de aldeia para aldeia. É na Aldeia Histórica de Monsanto, onde se verifica uma maior frequência de conflitos entre neo-rurais e população local, registando-se uma menor frequência de maneira transversal nas restantes Aldeias Históricas. Estas tensões ocorrem por diversas razões, entre as quais: falta de receptividade da população local face aos neo-rurais (7); a própria origem urbana dos neo-rurais acaba por gerar desconfiança (7); a prática da macrobiótica e da agricultura biológica desencadeia alguns choques face à perspectiva mais ecológica dos neo-rurais (5); o desenvolvimento de actividades artesanais modernas que não coincide com as tradicionais (5); o desempenho de actividades intelectuais e físicas intriga sobretudo os velhos habitantes (4); para quem é difícil aceitar as opções culturais e ideológicas dos novos habitantes e a falta de consciência ambiental da população local (4); a própria apropriação do espaço pelos novos rurais cria desconforto para os velhos actores (3); nalguns casos a formação superior ou formação profissional muito especializada causa nos velhos habitantes alguma desconfiança em não compreenderem a mudança e o desenvolvimento de outras actividades consideradas desadequadas face à formação daqueles (3); a abertura do próprio negócio na Aldeia Histórica acaba por desencadear algum mau estar face aos antigos comerciantes e empresários (3); e por outro lado, também existe alguma tensão em torno da falta de identificação dos neo-rurais com a cultura local (2).

Por fim, é também importante conhecer as perspectivas destes novos actores em relação ao futuro dos territórios rurais de baixa densidade. Os novos actores do mundo rural têm a percepção de que é necessário implementar um conjunto de medidas e iniciativas nas Aldeias Históricas de Portugal e nos restantes territórios rurais de baixa densidade, nomeadamente: atrair mais jovens para a agricultura (25); maior articulação entre a actividade agrícola e o turismo (22); maior aposta no turismo de natureza (20) e no turismo cultural, patrimonial e do imaginário (19); incentivar o regresso das famílias ao campo (17); apostar na criação de pacotes turísticos internacionais (16); criar uma rede de comercialização dos produtos locais (14); apostar na agricultura biológica (13) e incentivar a pastorícia e seus derivados (13); apostar nas actividades artesanais (12); apostar em actividades económicas empreendedoras e inovadoras (10); aumentar os apoios não monetários (9); promover os bancos de terra (9); aumentar as iniciativas conjuntas entre as entidades públicas e privadas (8); criar produtos turísticos em rede (8); desenvolver e operacionalizar um plano de ordenamento florestal (5); envolver as comunidades locais nas iniciativas (5) e criar redes de trabalho entre regiões (4).

Efectivamente, considerando os dados anteriormente expostos, os contributos destes novos actores apontam de maneira generalizada para a dinamização e aproveitamento das actividades económicas territorialmente mais relevantes e articuladas com os diferentes actores dos territórios rurais de baixa densidade.

5. Considerações finais

Face ao exposto nos pontos anteriores, importa realçar que, o mundo rural enfrenta uma dupla circunstância: processo de estagnação e morte dos territórios rurais de baixa densidade, como assistimos a transformações paradigmáticas que alteram o quadro das configurações territoriais.

Em primeiro lugar, há que realçar que este processo de estagnação e morte territorial são uma directa consequência da política económica decidida e programada a nível central e europeu, sem ter em conta as diferentes características, potencialidades e interesses das comunidades. Hoje, perante a situação em que o país se encontra de insuficiente, descoordenado e desigual desenvolvimento económico e social, impõem-se transformações profundas que alterem este quadro.

Em segundo lugar, as futuras intervenções a efectuar em territórios rurais de baixa densidade, devem basear-se no desenho de uma estratégia de desenvolvimento regional, através de uma estreita ligação ao território encarado como quadro espacial em que se definem prioridades de investimento, devidamente articuladas com as potencialidades e carências regionais e locais. Em certa medida, não se trata de aplicar mais dinheiro mas, sobretudo, aplicá-lo de um modo planeado e integrado, sendo as opções e prioridades definidas na região, em coerência com os interesses das suas populações com projectos e programas concretos, programados e executados de um modo descentralizado.

Em terceiro lugar, é necessário associar e co-responsabilizar os diferentes actores territoriais em torno de investimentos-âncora, fundamentado numa acção colectiva (público e privado) e baseado numa rede de cooperação entre territórios. Estamos convencidos de que a mobilização de actores no espaço pode atenuar alguns conflitos e desconfianças entre os novos e velhos actores dos territórios rurais de baixa densidade.

Dito de outro modo, estamos convencidos de que, os neo-rurais serão um dos grandes responsáveis pela construção de novas territorialidades nos territórios rurais de baixa densidade, que se podem traduzir em novas funcionalidades do espaço, diversidade dos sistemas e modos de produção e consumo, reorganização dos circuitos de comercialização e escoamento dos produtos agrícolas, bem como pela introdução ou adaptação de novas culturas e novas tecnologias por via dos seus conhecimentos e competências.

Sabendo nós que há uma acrescida dificuldade no acesso dos cidadãos aos bens e serviços básicos, em elevado grau, pelo lugar onde se vive, como acontece nestas Aldeias Históricas, eis que emerge obrigatoriamente uma questão: Serão os novos actores do paradigma do mundo rural capazes de resistir ao vazio e inverter a estagnação territorial? Não temos evidência empírica, mas diríamos que face ao território que temos vindo a estudar, as Aldeias Históricas de Portugal, existem sinais que merecem particular atenção e estudo pela comunidade académica no futuro.

Referências bibliográficas

Baptista, Fernando (2011). Os Contornos do Rural. In Elisabete Figueiredo (coord.), *O Rural Plural – Olhar o presente, imaginar o futuro* (pp. 49-58). Castro Verde: 100 Luz.

Covas, António *et al.*, (2013). A construção social dos territórios-rede da 2ª ruralidade dos territórios-zona aos territórios-rede construir um território de múltiplas territorialidades, *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, 3 (Junho), 43-66.

Covas, António *et al.*, (2012). *A caminho da 2.ª ruralidade: uma introdução à temática dos sistemas territoriais*. Lisboa: Edições Colibri.

Covas, António *et al.*, (2011). *A Grande Transição*. Lisboa: Edições Colibri.

Cristóvão, Artur (2011). Acção colectiva e turismo em espaço rural: as Rotas do Vinho e do Azeite no Douro e Trás-os-Montes, Portugal. In Marcelino de Souza e Ivo Elesbão (org.), *Turismo Rural: Iniciativas e Inovações*, (pp.101-141). Porto Alegre: Ed. da UFRGS.

Dinis, Isabel *et al.*, (2001). Da Desvitalização à Nova Ruralidade. Identidades e Destinos do Território na Serra da Lousã, *In Actas do 1º Congresso de Estudos Rurais “Território, Sociedade e Políticas”*, Vila Real, 16-18 de Setembro. Recuperado em 1 de Maio, 2014, de <http://home.utad.pt/~des/cer/CER/DOWNLOAD/2009.PDF>

Hoggart, Keith *et al.*, (1995). *Rural Europe*. London: Arnold.

OECD (2006). *The New Rural Paradigm. Policies and Governance*. Paris: OECD Rural Policy Reviews OECD Publishing.

Mormont, Marc (1989). Vers une redéfinition du rural”, *Recherches Sociologiques*, Vol. XX, nº 3, 331-350.

Neto, Paulo *et al.*, (2009). *O novo paradigma de desenvolvimento rural: Os pólos de excelência rural*. CEFAGE : Universidade de Évora (CEFAGE –UE Working Paper Series 2009/03). Recuperado em 7 Maio, 2014, de http://www.cefage.uevora.pt/pt/producao_cientifica/working_papers_serie_cefage_ue/o_novo_paradigma_de_desenvolvimento_rural_os_polos_de_excelencia_rural

Neto, Paulo (2008). *Relatório da Unidade Curricular de Administração e Política Regional*. Provas de Agregação. Évora: Universidade de Évora.

Sampaio, Dora *et al.*, (2011). Marcas do passado, (in) acções do presente e caminhos de futuro no Alentejo Litoral: Olhares cruzados sobre Santa Susana. In Elisabete Figueiredo (coord.), *O Rural Plural – Olhar o presente, imaginar o futuro* (pp. 455-470). Castro Verde: 100 Luz.

¹ Este artigo está escrito de acordo com a antiga ortografia.

² Almeida, Belmonte, Castelo Mendo, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha, Linhares da Beira, Marialva, Monsanto, Piódão, Sortelha, Trancoso.